

A INVISIBILIDADE AFRICANA NA HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Rodrigo Wantuir Alves de Araújo
Departamento de História – UFRN

RESUMO: Durante a construção da historiografia potiguar percebe-se que há muitas lacunas sobre a história da escravidão africana. Como se sabe, houve presença negra nessa região, mas há poucos registros sobre isso. Partiu-se então de questionamentos de como um assunto tão relevante, com vasta bibliografia para o Brasil como um todo é carente quando se trata do estado do Rio Grande do Norte. Este trabalho surgiu da necessidade de pesquisar e levantar informações de como o negro foi percebido na historiografia tradicional desse estado. Os historiadores escolhidos foram Rocha Pombo, Câmara Cascudo, Tavares de Lyra, Olavo de Medeiros Filho e pretende-se analisar de que maneira eles registraram informações sobre os negros e de como eles são visualizados em suas obras. A metodologia de trabalho empregada dar-se-á pela análise das obras e contextualização dos autores. É sabido que nas obras desses autores o negro sempre foi colocado em segundo plano na historiografia do Rio Grande do Norte. É justamente essa invisibilidade que se pretende aprofundar e ao mesmo tempo analisando em seus escritos suas impressões sobre essa escravidão para que se possa compreender nesse silêncio que há muita história e que se precisa urgentemente valorizar essas vozes silenciadas. Desta forma, pretende-se contribuir com a historiografia local, produzindo materiais para análise e estudos à medida que se constrói a história desse estado.

Palavras-Chave: Identidade, Historiografia, Escravidão, Rio Grande do Norte

A escravidão africana foi uma mazela que perdurou na América Portuguesa por mais de 300 anos, tendo seu fim decretado pelo Estado Imperial do Brasil em 13 de maio de 1888. Em todas as províncias, como eram chamados os estados brasileiros, havia escravos vindos da África, sobretudo oriundos das colônias portuguesas neste continente. Assim, todas as províncias receberam escravos para o trabalho e os tinham nas suas cidades e nas suas fazendas.

O questionamento deste trabalho partiu de uma lacuna existente na história da escravidão africana no Rio Grande do Norte. Por que somente há registros historiográficos a respeito da escravidão indígena e não há uma historicização sobre a escravidão africana? De que maneira esta história foi construída e de como se encontrou lacunas para responder a participação desses escravos. Quem escreveu esta história e como a escreveu? Quais elementos utilizaram para escrever essa história? Com alguns desses questionamentos pretende-se refletir sobre a produção da história do Rio Grande do Norte. Um leigo, ao analisar as obras dos historiadores clássicos, deduziria facilmente que não houve escravidão africana neste estado.

Contudo, fontes e documentos levantados comprovam tal existência e é necessário analisá-los, pois se acredita que há muitas informações importantes e que se

pode acrescentar muito à história potiguar, contribuindo para revisar esta história e construir uma valorização do papel do negro na formação deste estado.

O Rio Grande do Norte, durante o século XX, viu florescer muitas obras que contaram a sua história. Augusto Tavares de Lyra (1872 – 1958) foi deputado federal por várias legislaturas (1894 – 1903) governador do estado (1904 – 1906), Senador (1910 – 1914), Ministro de Estado (1914 – 1918) e escreveu a obra História do Rio Grande do Norte (1921). José Francisco da Rocha Pombo (1857 – 1933), jornalista e professor escreveu muitos livros na área da literatura e história incluindo a que interessa para esse estudo, a História do Rio Grande do Norte, publicada em 1922, tornando-se uma referência importante na história potiguar. Anos mais tarde foi a vez de Luiz da Câmara Cascudo (1898 – 1986) que escreveu História da Cidade do Natal (1947) e História do Rio Grande do Norte (1955).

Na atualidade há alguns livros sobre a história desse estado, contudo, tais historiadores optaram pelo mesmo estilo tradicional de escrever a história, não havendo assim a necessidade de contemplá-los nessa análise. Dessa forma, optou-se pelo trabalho com a historiografia mais clássica, matéria-prima para as demais obras produzidas até hoje.

A fundamentação teórica deste trabalho é baseada na obra de Lilia Moritz Schwarcz em seu livro “Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930”. Como os escritores da história local escreveram suas obras nesse período ou muito próximas a ele fica mais compreensível entender opções de registro adotado por eles. Assim, é objetivo evidenciar a implicação de como tais teorias advindas da Europa ficaram impregnadas no fazer histórico local e de como se percebe nos escritos dos historiadores contemporâneos que optaram pela mesma forma de fazer história.

A autora Lilia Moritz Schwarcz destaca os homens da elite pensante brasileira que tiveram acesso a educação européia e reproduziram aqui no Brasil diversas correntes de pensamentos darwinistas e sociais e saberes científicos europeus do século XIX, bem como a criação de instituições sobre a formação de teorias classificatórias, racistas e deterministas de comportamentos humanos que contribuíram para disseminar ainda mais a questão do preconceito racial.

Esta situação teve início com a vinda da família real que trouxe inúmeras novidades em termos científicos e culturais para o Brasil, onde a formação da elite brasileira ocorrera na Europa, sobretudo em Coimbra, Portugal. Houve a criação do horto, imprensa régia, faculdades, entre outras instituições. Somente com a independência e criação das escolas de direito, apoiadas por D. Pedro, é que o Brasil afastou-se da tutela portuguesa e fortalece a sua elite intelectual nacional, embora tenha as mesmas ideologias e filosofias das discussões de natureza européia, havia uma apropriação dessas leis para serem utilizadas de forma bastante peculiar no Brasil.

A criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro em 1838 foi um importante passo para a invenção de uma memória brasileira, desvinculada da antiga metrópole. Com a criação dessa política de valorização da cultura brasileira houve a criação de instituições e a mudança do eixo econômico da região Nordeste para a região Sudeste, ocorrendo uma intensa diversificação entre essas instituições e a elite intelectual acaba por atuar em áreas distintas.

Destacam-se nessa época as escolas de direito do Recife e de São Paulo, o Instituto Manguinhos, os Institutos Históricos que começam a escrever a história do Brasil. Já sobre os intelectuais, pouco se sabe sobre suas origens sociais, sabe-se que

eles pretendiam legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas. Daí as teorias científicas terem um respaldo muito grande no Brasil.

A década de 1870 era vista como inovadora e o começo de uma nova era. Historiadores contemporâneos à época acharam que aconteceram algumas inovações, sobretudo na área da escravidão. Nessa época foi assinada a lei do ventre livre (1871), que foi pouco a pouco pondo um fim à escravidão e houve um grande debate em torno da mão-de-obra estrangeira, escolhida para substituir a escravaria africana. Mas, não só a mudança de regime de trabalho foi considerada como inovação nessa época, o modelo político, o ataque à religião, à literatura, o aparecimento das teorias científicas, também representavam o clima de novidade dos anos 70 do século XIX. Houve a adoção de um discurso evolucionista para analisar a sociedade, a fim de estabelecer diferenças internas na população. Esse discurso foi muito utilizado pela política imperialista européia e significava um discurso científico-social em que analisava uma suposta inferioridade negra. Apesar disso, muitos países já condenavam a escravidão.

O Brasil agora se enquadrava na modernidade, pois importava os modelos de ciência darwinistas, positivistas, naturalistas, evolucionistas. Havia uma grande valorização da ciência. Segundo Knight (Apud. SCHWARCZ, 1993, p. 25) esse século foi (1789-1914) século da ciência. Mas, percebeu-se nas teorias que eram divulgadas no Brasil, sérios problemas de aceitação da sua população, haja vista o Brasil ser um país miscigenado, com grande número de negros e pardo.

Na era da ciência houve diversos avanços entre os ramos e definições como o surgimento da sociologia. Com E. Durkheim, o social seria entendido como “coisas exteriores e coercitivas”, podendo ser analisadas em modelos sociológicos. Esse é o momento da separação das ciências naturais que ganhou ramos específicos do campo do saber (geologia, botânica e zoologia) separando-se da biologia. Em todos os lados reformularam-se concepções científicas arraigadas e faziam-se das pesquisas e experimentações formas de contestar às antigas concepções.

“No Brasil respira-se sciencia” – diferente da ciência experimental ou mesmo da sociologia, o Brasil, consumiu os modelos evolucionistas e social-darwinistas, originalmente utilizados para justificar práticas de dominação imperialista. No Brasil a ciência penetrou como moda e depois como prática e produção. Como exemplo, havia a figura de d. Pedro II, denominado “mecenas da sciencia”, que participava de atividades e eventos relacionados à ciência. Dizia ele “A sciencia sou eu”.

Essa forma de assimilar e viver a ciência torna o Brasil um país “novo”, como uma imagem moderna, civilizada e científica, ao invés da idéia de um país de selvagens. Essa idéia de progresso apoiado às inovações científicas era difundida nos jornais da época e também os romances naturalistas contribuíram para passar essa imagem adiante, as personagens eram condicionadas pelas máximas deterministas, os enredos inspirados em Darwin e Spencer, ou pelas teorias raciais e pessimistas da época. As idéias científicas adentram nas cidades através da adoção de programas de higienização e saneamento, com o objetivo de implementar projetos de cunho eugênico com a finalidade de eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. Como exemplo tem-se a vacinação obrigatória de Oswaldo Cruz e a contrapartida que foi a revolta da vacina, manifestação que exprime o fato da sociedade não estaria dialogando diretamente com esses homens de “sciencia”.

O tema da miscigenação surgiu em meados do séc. XIX. Assim, a autora pretende entender por que esses homens elegiam as teorias raciais de análise em detrimento de outros modelos de sucesso na época. Segundo Schwarcz, essa posição foi tomada em face das diferentes raças que compunham o Brasil. “Homens de ciência” justamente em meados do século XIX que surgiu a vertente pessimista acerca da miscigenação, porque o Brasil para alguns viajantes, como o conde de Gobineau acreditava estar diante de um país de nação degenerada de raças mistas, representante da falta e do atraso em função da sua composição étnica.

Essas opiniões ecoam e ganham aliados entre os “homens de ciência” brasileiros, que não formavam um grupo homogêneo no que diz respeito a interesses profissionais, econômicos e regionais, mas que tiveram sua ideologia e formação por muito tempo sob a égide da filosofia européia. A única idéia que os uniam era o interesse de fazer parte dessa elite de intelectuais, com a garantia que poderiam discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país na construção de seus ideais.

Nesse ambiente surgem disputas entre “profissionais de ciência” e “homens de letras”. Os primeiros criticavam os segundos, por não participarem na busca de solução para os problemas imediatos do país. O que se pode notar é que esses “homens de ciência” embora briguem por um maior engajamento nas questões nacionais, estavam interessados em se manter em seus cargos e a partir deles ditar as regras para a sociedade.

As teorias raciais foram oriundas de diversos pensamentos desde o século XVIII até o final do século XIX e influenciou na vida da sociedade brasileira criando estereótipos e preconceitos. Tais teorias eram classificatórias inspiraram idéias totalmente segregacionistas e que valorizavam a raça branca. Os principais teóricos que lidavam com essa idéia eram, principalmente, os autores franceses do século XVIII: Rousseau, Buffon e De Pauw como grandes influenciadores na concepção de justificar diferenças essenciais entre os homens. Nesse sentido, a cerne da sua discussão é estabelecida nesses parâmetros de superioridade dos brancos em relação aos negros.

A importância dos autores do século XVIII se deve principalmente à suas reflexões sobre os nativos americanos. Suas diferenças culturais são cada vez mais associadas à uma espécie de essência, ganhando força, portanto, o conceito de raça, e a idéia de um determinismo social. Um antagonismo passa a surgir no período estudado. Este se reflete bem na oposição de alguns conceitos. Monogenismo x Poligenismo, por exemplo. O monogenismo permite pensar diferenças em termos evolutivos, enquanto o poligenismo remetem à uma diferença de origem, ou seja, raciais, essenciais.

É neste campo que se desenvolvem os estudos de frenologia, antropometria, que em grande medida desvalorizavam os negros e procuravam encontrar neles as respostas para os crimes, infrações e automaticamente, criar uma idéia de inferioridade. Quaisquer tipos de crime eram assim identificados pelos traços negros havendo uma explicação científica para tal, ou seja, os indivíduos negros eram o que mais sofriam, ou melhor, os únicos, pois não bastasse o século anterior, século XVIII, em que eles eram escravos, no século XX, pertencia à classe de criminosos.

Referência à Lombroso e seus estudos de cunhos deterministas e poligenistas. Pode-se, portanto dividir o pensamento acadêmico da época em duas vertentes: o antropológico, ligado às idéias de poligenismo, imutabilidade, tipos humanos. Ligação forte com pensamento biológico. Por outro lado, os estudos etnológicos, ou seja, monogenista, evolução cultural. Ligação com o iluminismo. Eram

duas formas de classificação dos grupos étnicos. Estes dois lados lêem o conceito de evolução de maneira diferente, sendo um mais relacionado à evolução biológica, e o outro, evolução cultural. A partir destas visões, as sociedades humanas ou encontram-se todas no mesmo caminho, apenas em estágios diferentes, ou então, através de uma visão mais biológica, se reconhece diferenças entre sociedades, mas estas são relacionadas às diferenças raciais, que seriam um determinante no atraso de um povo miscigenado.

Era necessário um ambiente que reunisse todos estes intelectuais, por isso foram criadas academias, institutos para reunirem os intelectuais para construir e fortalecerem seus pensamentos, seus idéias, suas obras. Nesse estudo de caso, os institutos históricos são, por excelência, locais em que se produziram e que se produz história. Sendo uma criação do período Imperial, os Institutos Históricos foram na sua grande maioria consolidados já no Brasil Republicano.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) surgiu em 1902 e teve logo no início de suas atividades uma procura e uma base bem consolidada, pois nesse momento ocorreu “a questão de Grossos”, a disputa pelo litígio do território de Grossos entre Ceará e Rio Grande do Norte. O IHGRN teve um papel fundamental, pois entre seus membros houve uma grande movimentação em defesa do Rio Grande do Norte e muito do argumento dos intelectuais potiguares partiu de documentação contida nesta instituição. Neste ambiente reuniram-se esses grandes historiadores contidos neste trabalho bem como todos fizeram parte do seu rol de membros, por isso a conexão ainda mais presente na obra e no pensamento de tais autores em relação à história do Rio Grande do Norte.

Tavares de Lyra, em sua obra *História do Rio Grande do Norte*, deu um completo esvaziamento à questão da escravidão africana no estado, pois escreveu cerca de quatrocentas páginas e apenas cita, de forma esvaziada, palavras como negros, escravos, escravidão e que se juntassem tais frases dentro dos seus contextos chegariam a dez páginas da sua extensa obra. Uma verdadeira discrepância se for comparar com a escravidão indígena citado por este autor de maneira muito expressiva, inclusive com um dos seus capítulos destinados a tal mão-de-obra escrava e tendo dentro de todo seu livro menção a escravidão indígena. Privilegiou em sua obra uma história política calcada na formação dos líderes políticos e do poder local.

Mesmo no capítulo “A Capitania no Século XVIII” não menciona de que maneira houve escravidão e ao citar engenhos como o de “Ferreiro Torto”, o engenho de “Cunhaú”, este autor não contextualiza a mão-de-obra escrava e nem como se desenvolvia tal trabalho. Só traz uma referência mais concreta quando cita o valor do escravo “[...] era muito relativo, dependendo da sua idade, sua robustez, se tinha ou não vícios, se era ou não fugido, se tinha ou não ofícios, se era ou não casado, etc. Oscilava de trinta mil reis a cinto e cinquenta mil.” (LYRA, 2008, p. 206).

Não problematizou ou considerou que a mão-de-obra utilizada seria “de cor”. Único fator importante em relação ao negro contido nesta obra refere-se ao movimento abolicionista no Rio Grande do Norte. “[...] a 1º de janeiro de 1888, no teatro Santa Cruz na cidade do Natal, fundaram a Libertadora Norte-Rio-Grandense, cujo fim era promover a libertação de escravos naquele ano.” (LYRA, 2008, p. 306).

Destaca a importância deste movimento suprapartidário que continha apoio dos liberais e conservadores, mas sem a participação efetiva de negros, construindo um movimento feito “por brancos” que teve grande repercussão na cidade do Natal. Câmara Cascudo registrou que

A escravaria no município de Natal não era numerosa. Não havia indústria justificando a fartura do braço negro cativo. Em 1873 era 822 o número de escravos. Em 1881, 339. Em 1882, 321. Em 1884, 246. Na última matrícula realizada a 31 de março de 1887, Natal possuía 152 escravos em todo o município. Desta data a 13 de maio de 1888, quando a escravidão desapareceu legalmente, o movimento foi este – 152 escravos. Mudaram de residência: 3. Faleceram: 10. Foram libertos 128 sem condições, um a título oneroso e cinco condicionalmente. (CASCUDO, 1999, p. 369).

Desta forma, fica evidente a partir de Cascudo a ineficiência da Lei Áurea no estado do Rio Grande do Norte, pois ela libertara apenas cinco escravos. Mas não se pode negar as benesses que tal lei trouxe ao país. Ele ressalta que o fato de não haver necessidade de “braço negro” não houve uma grande quantidade de escravos no estado. Contudo, se estes números, que ele colocou num tom de insignificância, estiverem corretos, mesmo nessa proporção poder-se-ia obter diversas informações se ele desse voz ao negro. Além do que não há fonte para que se possa checar tais informações. Num pensamento semelhante, Tavares de Lyra identificou numa proporção em todo o estado.

A porcentagem da população escrava da província nunca foi elevada (pelo recenseamento de 1872 era de 13.020 num total de 233.979 habitantes) e, de muito, a ação dos abolicionistas vinha reduzindo: a última matrícula feita mostrava que o número de escravos era de 3.716 e, pelo primeiro número do Boletim, se verifica livres os municípios de Mossoró, Caraúbas e Triunfo (hoje Augusto Severo), as cidades do Açu, Canguaretama e Jardim do Seridó e as vilas de Macaíba e Papari, e a povoação da Utinga. (LYRA, 1999, p.309)

Tanto Tavares de Lyra quanto Câmara Cascudo reconhecem a importância do movimento abolicionista no estado através da Sociedade Norte-Rio-Grandense liderada pelo Padre João Maria (1848 – 1905) e com forte apoio do primeiro presidente de província Pedro Velho (1856 – 1907) governando o Rio Grande do Norte no período de transição entre Império e República. Esses autores frisam que não houve uma ruptura muito grande no estado, após a lei Áurea, pois este espaço já se encontrava tendo um quadro muito pequeno em relação à escravidão africana. É perceptível que eles utilizam este espaço para até mesmo quando tratam do negro, o colocam em segundo plano e exaltaram as figuras do Padre João Maria e Pedro Velho.

Pode-se até concordar com a pequena mão-de-obra escrava neste estado, contudo não se pode admitir o silenciamento dessas vozes, a ausência do negro na construção da história do estado. Se não fosse assim, por que a necessidade de se ter uma instituição abolicionista caso não fosse expressiva a participação negra na história ou ainda o entrelaçamento da população local com os escravos. Conforme a última ata da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense “A idéia abolicionista era abraçada pela população do Rio Grande do Norte.” (LYRA, 2008, p. 310). Sendo assim, a população

não apoiava a escravidão e as peculiaridades da escravidão neste estado colaboraram para o Rio Grande do Norte, ter em muitas das cidades, anterior a 1888, alforriado os seus escravos.

Em “História do Rio Grande do Norte”, Cascudo traz informações a respeito da presença africana no Rio Grande, “ O negro já trabalhava em Natal em janeiro de 1600, quinze dias depois da cidade ter sido fundada” (CASCUDO, 1984, p. 37). Com isso não há como negligenciar a presença africana no estado, pois como Natal foi uma das primeiras cidades a ser criadas no Rio Grande do Norte, trouxeram logo a mão-de-obra para ajudar a prosperar a cidade. Cascudo ainda afirmou que tal escravo foi comprado para a roça e que pertencia a Guiné e mostrou que de acordo com as peculiaridades locais desse estado o negro ocupou um trabalho diferenciado de todas as outras capitanias.

Os escravos mandados para o sertão transformaram-se em vaqueiros, cantadores aclamados, padrinhos de ioiô e derrubador de touros. Estabelecia-se uma identidade social, pela uniformidade da tarefa, iguais para todos, escravos e amos. Nos canaviais, terras de café, diamanteiras e garimpos, o negro virava animal de carga. No sertão jamais foram numerosos pela própria simplicidade de atividade do trabalho de pastorícia. (CASCUDO, 1984, p. 44)

Assim, com essa classificação deixa claro que a escravidão aconteceu no Rio Grande do Norte de maneira mais branda. Havia a necessidade de esclarecer melhores atividades que nesta obra elas estão de uma maneira muito genérica. Ainda em relação a esse “trabalho escravo potiguar”, Cascudo destacou que não houve resistência no estado, rebeliões ou até mesmo quilombos. De qualquer forma, a vida desse escravo não era tão benevolente quanto o autor descreveu.

Outra informação importante a ser citada é em relação da vinda desse escravo, que não partia diretamente da África, mas que tinha como ponto de comércio, Pernambuco, ou seja, os escravos africanos chegados ao Rio Grande vinham deste estado, além disso, ainda deixou claro que não havia um comércio tão intenso. “Os escravos eram comprados nos engenhos pernambucanos. Eram escolhidos os mais novos.” Concluiu Cascudo (CASCUDO, 1984, p. 46).

Contudo, este autor superou todas as expectativas baseadas nas suas conclusões sobre o negro no estado. Uma coisa é ter escravos em pequena quantidade ou como o autor afirma ter “escravaria insuficiente”, mas colocar essa questão como seja algo em que o negro era inferior ou ainda silenciá-lo alegando pouca participação, inexpressividade não convence e deixa margem para buscar tais informações.

“O elemento negro não fora decisivo ou indispensável no trabalho da agricultura ou pecuária. [...] Economicamente o escravo não foi indispensável no Rio Grande do Norte e, etnicamente, constituiu uma constante e jamais um determinante.” (Ibid, 1984, p. 47-49) Dessa maneira, Cascudo pormenorizou o negro e o colocou num tom de inferioridade no estado. Era como se houvesse apenas alguns poucos escravos e que não havia a necessidade de tê-los para que o Rio Grande continuasse a sua economia e que eles não interferiam na sociedade no sentido cultural ou político.

Contudo, há uma contradição quando o próprio Cascudo escreveu sobre os escravos já no século XIX.

“Em Natal, 1808, havia 1.936 brancos, 2.836 mulatos e 1.127 pretos. Três anos antes, em 31 de dezembro de 1805, para a população total {Rio Grande do Norte} de 49.250, viviam 8.072 negros.” Grifo nosso (CASUDO, 1984, p. 45). Analisando esses números, depreende-se que 1/5 da população de Natal era de negros e que 1/6 da população do Rio Grande do Norte eram de negros. Como colocar que isso se constitui como algo que não merece ser dado destaque ou ainda que tal massa não tinha expressividade econômica ou política? Embora numa quantidade menor, mas significativa e ausência total desses escravos teria dado outro caráter a história do Rio Grande do Norte. Essa parcela da população não pode ser desprezada, pois trabalharam muito, contribuíram com a cultura local, além de construírem história desse estado.

Rocha Pombo é considerado um dos autores mais clássicos na historiografia. Criou-se sobre ele uma referência tradicional e conhecida por muitos estudiosos. Embora capítulos de sua história tenha sido “repetido” de Tavares de Lyra, no sentido da seqüência cronológica e de temas da sua forma de escrever história se que mais tarde foram também escritos por Câmara Cascudo. Entre esses três historiadores houve muitas singularidades nestes temas. Contudo o estilo de ele escrever é cheio de nuances e teve seu estilo próprio. Colocou temas como as Letras no Rio Grande do Norte, Ensino no Rio Grande do Norte e tema específico sobre economia potiguar.

Infelizmente, ficou constatado, mais uma vez, claramente a ausência da participação negra no estado do Rio Grande do Norte. Na sua obra contendo mais de 400 páginas, não há sequer uma menção sobre escravidão. Em se tratando dos engenhos potiguares ele faz um registro importante como era o trabalho.

Em 1859, funcionavam 156 engenhos em crescente prosperidade. A produção era de 350.00 arrobas, fora a aguardente que a maior parte, principalmente dos pequenos engenhos, fabricavam – E uma nota interessante é preciso consignar aqui: **todo o trabalho da fábrica era feito quase exclusivamente por braços livres.** Grifo Nosso (ROCHA POMBO, 1922, p. 361)

Este é um claro exemplo de invisibilidade negra. Não se sabe se o autor o fez pelo bem ou pelo mal, pois se pode pensar que o que ele fala *ser digno de nota* era porque justamente ele era contrário ao trabalho escravo e estava satisfeito por não haver tal trabalho nessa região, ou se ainda ele quis “negar” a presença desse negro no trabalho no Rio Grande do Norte, o que é mais provável devido no estado ter havido escravidão.

De qualquer forma, isso se constituiu como um elemento de omissão! Pois, em uma época de grande ascensão no trabalho, onde estavam os negros escravos do Rio Grande do Norte? Seria o branco que trabalhava e o negro descansava? Certamente, não. Há uma clara omissão desse negro e esse é um bom exemplo para demonstrar na prática tal objeto de estudo.

Quando Rocha Pombo falou de outra economia potiguar citou na dificuldade dos portos no Rio Grande do Norte, e colocou a questão da economia pecuária como um dos elementos importantes. “A criação de gado vacuum – diz o

presidente da província em seu relatório à Assembléia Legislativa – é uma indústria que tem atingido a maior grau de desenvolvimento.” [...] (ROCHA POMBO, 1922, p. 365). Câmara Cascudo já havia falado sobre a importância dessa economia e inclusive cita mão-de-obra escrava, sobretudo no sertão do estado. Rocha Pombo em nenhum momento fala de quem era essa mão-de-obra, pois se essa economia aumentava, o trabalho era feito por alguns trabalhadores livres e em grande maioria pelos negros. Mas, isso não é visualizado em sua obra.

Para finalizar este trabalho, conclui-se da necessidade do início de outros trabalhos, pois os autores em questão todos comungam do mesmo pensamento e do mesmo ideal de e dentro do contexto do darwinismo social, bem como são de uma época em que a sociedade via com outros olhos a questão do negro e da escravidão. Espera-se que com este trabalho outros possam surgir e colaborar para melhor entender a história do Rio Grande do Norte sem ser de forma excludente, preconceituosa ou com juízo de valores. Que possa ser a história com todas as suas causas, contradições, complexidades, memórias, informação e conhecimento.

REFERÊNCIAS

- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: IHGRN, 1999.
_____; **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1984.
LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3.ed. Natal: EDUFRN, 2008.
POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.
SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.